

Nova Agenda

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO,

Sociólogo, foi presidente do Brasil

O novo século está ávido por uma nova agenda. Não porque o tempo transcorreu, mas porque, nesse transcurso, o mundo mudou, a economia mudou, as forças sociais e políticas mudaram e a própria cultura mudou. Mudar não quer dizer melhorar. Quer dizer apenas que os condicionamentos para a ação são outros e que os objetivos visados (bons ou maus) também são outros. No plano internacional, depois do 11 de setembro, da guerra do Afeganistão e da invasão do Iraque, ficou claro que, em termos de força, há um ator — e só um — mais do que predominando, definindo unilateralmente os termos em que atuará e tendo capacidade para fazê-lo. Os Estados Unidos da América são o novo hegemon. Unilateralistas na ação, universalistas nos propósitos. Seria engano pensar que atuam movidos apenas por um hiper-realismo cínico. A liderança política exercida pela hiperpotência, como a definiu o ex-chanceler francês Hubert Védrine, orienta-se pela convicção moral de que os Estados Unidos estão construindo uma ordem mundial liberal e que essa é sua missão. No instigante, ainda que cínico, livro de Robert Kagan (*Of paradise and power*), fica evidente a relação entre o realismo alimentado pelos interesses nacionais permanentes dos americanos (sobretudo depois da insegurança provocada pelo ataque às Torres Gêmeas), e a necessidade de manter um respeito decente pela opinião da humanidade, inspirado pelos founding fathers.

A Europa, por seu lado, na visão do autor, declinando do exercício que lhe foi tradicional, da “política de poder”, encastelou-se na prosperidade (no paraíso) e vive o encantamento da busca kantiana da paz perpétua. Não aumenta os gastos militares nem assume responsabilidades, intervindo em conflitos. A solução para conciliar as duas visões do mundo seria, como na proposta do inglês Robert Cooper, aparecida em *The Observer* de abril do ano passado, a aceitação pelos europeus da política de duplo padrão exercida pelos americanos. Existe um mundo “pré-moderno”, hobbesiano, por isso os europeus, pós-modernos, kantianos, deveriam ser lenientes quando o hiperpoder trata aquele sem respeito à lei nem à ordem internacional. Com o tempo, o expansionismo dos valores ocidentais permitirá criar os fundamentos para uma ordem universal “aceitável” e para que o multilateralismo possa prevalecer. Como a Europa é, mais do que parte, berço do Ocidente, os Estados Unidos não se devem esquecer desse fundamento da própria alma. Nesse duplo imperativo moral, o de generalizar os valores liberais, progressistas, humanitários do Ocidente, e o de não desdenhar os fundamentos históricos do Ocidente, é que se basearia a esperança de um mundo melhor. Será? Não é essa a opinião européia. Javier Solana, o encarregado das relações internacionais e da segurança comum da União Européia, tem outra visão sobre o papel da Europa e sobre o mundo. Acredita que ela está preparada para ser um ator global. Economicamente, o euro desempenha função importante como

valor de reserva (compete, portanto, com o dólar) e o comércio europeu é amplo e mundial. Teria criado uma capacidade militar operativa para manter a paz e atuar no gerenciamento de crises, independentemente da Otan (onde existe a presença americana).

Na visão de Solana, o desafio à segurança deriva, em primeiro lugar, da pobreza (o ódio dos que nada possuem contra os que tudo possuem fundamenta os ataques e as ameaças); em segundo lugar, de fracassos econômicos (os conflitos surgem cada vez mais a partir de estados falidos); em terceiro lugar, desde o fim da Segunda Grande Guerra, aumentou o peso das diferenças étnicas e religiosas; em quarto lugar, as partes em conflito não dispõem de exércitos profissionais a seu serviço. A Europa deve envolver-se nos conflitos não para, a fórceps, pôr ordem na casa e homogeneizar o mundo, mas para “que os direitos humanos fundamentais sejam respeitados, para que os governos sejam responsáveis por seus atos e para que, nos países, se respeite a lei”. A lei, digo eu, de cada um dos países, e não a lei dos próceres que, com grande visão, criaram os Estados Unidos da América e que seus líderes atuais propõem como universal.

Não há espaço, em uma coluna, para prosseguir a apresentação de visões alternativas, nem para mencionar outras mudanças que vêm ocorrendo nesta passagem do século. Algo, entretanto, fica claro: há um só superpoder. Mas não há uma só visão do mundo, nem um só objetivo. E, nessa diversidade, há espaço para novas vozes. Entretanto, estas, para serem escutadas, precisam estar no diapasão do mundo atual. Não há mais lugar para terceiro ou quarto-mundismos. Um país como o Brasil, na esteira da proposta européia, mesmo reconhecendo, realisticamente, a força das coisas (o poder econômico-militar-cultural dos Estados Unidos) pode propugnar por um “pacto entre as nações”. A Conferência de São Francisco e a ONU foram resultado de um “pacto entre Estados”. Como menciona Javier Solana, e é sabido, os conflitos, hoje, dão-se frequentemente por causa de diferenças religiosas, étnicas, e tudo isso embasado na luta contra a pobreza e no sentimento (legítimo) de exclusão.

Nós, nação pluri-cultural e plurirracial, mestiça, com uma economia “emergente”, temos a força moral para entrarmos em cena como parte do Ocidente, embora do extremo-Ocidente, rechaçando a pura “política de poder”, defendendo o multilateralismo, reivindicando acesso (a mercados, à cultura, à tecnologia), mas sem deixarmos de repudiar, com força, os riscos da teocracia, do terrorismo, das ditaduras, dos populismos. Estes não servem de base ao ideal kantiano de paz perpétua. Qualquer indulgência com tais práticas, em nome do antiamericanismo

ou de “formas alternativas de desenvolvimento econômico”, ou de outras “utopias regressivas”, em vez de nos posicionar para o exercício da liderança regional, ou global, vão condenar-nos à irrelevância. Nesse sentido, o mundo mudou, e muito. Não há margem para ambigüidades e fantasias. Mas há espaços para, ao lado da força dos estados, ampliar os pactos entre os povos, aceitando-se a diversidade cultural e as formas de organização das sociedades, desde que respeitados os valores verdadeiramente fundamentais da humanidade, como o propuseram os arautos do Século das Luzes. A isso chamo de um “pacto entre as nações”.

